

Sistemas agroflorestais: uso e valorização da sociobiodiversidade, como estratégia de preservação dos recursos naturais do Litoral Norte do RS

Tema apoiável: Desenvolvimento de Sistemas Agroflorestais e do uso sustentável de produtos da sociobiodiversidade



Dom Pedro de Alcântara, julho de 2019

Informações da Entidade proponente

NOME: Centro Ecológico	UF: RS	CNPJ: 02138424/0001-42
ENDEREÇO: Sede: Rua Luiz Augusto Branco, 725, Ipê/ RS CEP: 95240-000 Núcleo Litoral: Rua Padre Jorge, 51, Dom Pedro de Alcântara/ RS CEP: 95568-000		
CONTATO:	TELEFONE: (0xx51) 3664-0220	
RESPONSÁVEIS LEGAIS:		
NOME COMPLETO:	CARGO:	CPF:
Laércio Meirelles	Coordenador	592917376-15
André Luiz Gonçalves	Coordenador	508332006-15
Ana Luiza Carvalho Barros Meirelles	Coordenadora de equipe técnica	411123776-20
EQUIPE TÉCNICA:		
Nome Completo	Formação	
Ana Luiza Carvalho Barros Meirelles	Eng Agrônoma	
Carla Patrícia Noronha Dornelles	Eng Florestal Msc Extensão Rural	
Cristiano Motter	Gestor Ambiental	
Nelson Bellé	Gestor Ambiental	

Resumo do projeto

O presente projeto apresenta uma proposta de trabalho para a recuperação e preservação de áreas remanescentes da Mata Atlântica do Litoral Norte do RS, através do uso e valorização das frutas nativas. Esse uso e valorização, segundo a presente proposta, deve se dar através do entendimento de que a preservação e a recuperação das áreas fortalece-se quando da possibilidade de aliar essa ação, com a possibilidade de geração de renda. Os sistemas agroflorestais vêm demonstrando ser uma importante ferramenta para aliar a produção, com geração de renda e preservação dos limitados espaços de remanescentes florestais, mas, especialmente, como um campo para a reestruturação de espaços de diversidade, indo na contramão da monocultura e da agricultura convencional. O objetivo é contribuir para o avanço da implantação e manejo dos sistemas agroflorestais e valorização e uso das frutas nativas da Mata Atlântica do Litoral Norte do RS, bem como gerar reconhecimento e visibilidade das práticas de extrativismo sustentável no âmbito da Rede Ecológica de Agroecologia do RS. Fortalecer as ações de conservação dos remanescentes florestais e promover geração de renda para agricultores e agricultoras familiares, a partir do trabalho com sistemas agroflorestais. Para dar conta do proposto, apresentamos uma proposta de manutenção e manejo de áreas e certificação agroflorestal de 20 hectares de sistemas agroflorestais, pertencentes aos agricultores familiares da região, especialmente aqueles pertencentes às dinâmicas da Rede Ecológica de Agroecologia, bem como promover ações que divulguem, para as comunidades e consumidores, a possibilidade de inserção dos produtos oriundos da cadeia produtiva das frutas nativas, na alimentação. Entendemos que, com isso, a região litoral norte do RS se fortalece e consolida, cada vez mais, no sentido de utilizar os sistemas agroflorestais como ferramenta para a manutenção e ampliação das áreas de preservação dos recursos naturais e contribuir para o aumento da oferta de diversidade de produtos para a alimentação e para a promoção da segurança alimentar, com uso dos produtos da sociobiodiversidade.

Apresentação da entidade proponente

O Centro Ecológico Ipê (www.centroecologico.org.br) é uma organização da sociedade civil que, desde 1985, trabalha para viabilizar avanços sustentáveis na produção agrícola, mediante a adoção de tecnologias alternativas orientadas pela filosofia da preservação ambiental e da justiça social. Através de visitas, reuniões, cursos e oficinas de capacitação e planejamento, o Centro Ecológico (CE) assessora organizações de agricultores e agricultoras familiares na produção, processamento e comercialização de alimentos ecológicos, juntamente com adequação ambiental dos agroecossistemas. A busca do resgate e manejo da biodiversidade agrícola e alimentar, o estímulo à organização de produtores e consumidores, o desenvolvimento de mercados locais para produtos ecológicos e o estímulo à formulação de políticas públicas que incentivem uma agricultura sustentável e a conservação dos recursos naturais são as principais linhas de atuação do CE.

Antecedentes históricos

No início da década de 80, os impactos socioambientais negativos da Revolução Verde, a distensão da ditadura militar e a retomada das lutas sociais no campo criaram um cenário político oportuno para o surgimento de organizações que buscavam uma nova forma de desenvolvimento no meio rural, com base na **agricultura ecológica** e na **cooperação**. É neste contexto que, em janeiro de 1985, surge o Projeto Vacaria, no município de Ipê (RS) que visava demonstrar a viabilidade técnica e econômica da agricultura ecológica através da experimentação, prática e disseminação da proposta junto às famílias agricultoras da região. Em 1991 surge o CE, com as parcerias frutificando na forma de inúmeras Associações de Agricultores Ecológicos (AAEs), que se caracterizam pela prática da agricultura ecológica e da conservação ambiental, a organização em pequenos grupos, a industrialização artesanal dos produtos e a construção de canais alternativos para a comercialização de seus produtos. A partir de 1999, o CE se envolve também com o estímulo à formação de Cooperativas de Consumidores de Produtos Ecológicos, baseado na premissa que uma participação ativa dos consumidores é condição indispensável para o desenvolvimento sustentável. Também intensificou sua atuação na esfera articulação, formulação, gestão e controle social das políticas públicas. Esta trajetória vem situando o CE como interlocutor e referência para o surgimento e qualificação de iniciativas em agricultura ecológica no Brasil e em outros países.

Missão Institucional

Promover a prática de uma agricultura ecológica tendo como objetivos: *i.* a preservação / reconstituição das bases ecológicas de sustentação dos agroecossistemas e dos ecossistemas naturais a eles vinculados; *ii.* a viabilização econômica e social da agricultura familiar; *iii.* a construção de relações solidárias, transparentes e justas entre os diferentes

agentes envolvidos na produção de alimentos; *iv.* fortalecimento da autonomia e cidadania das populações rurais e urbanas na construção de uma economia ecológica, popular e solidária, e de um desenvolvimento social baseado na valorização do trabalho e no respeito à vida em suas diferentes manifestações.

Áreas de atuação

O CE atua através de seus dois escritórios – localizados em Ipê e Dom Pedro de Alcântara – em um conjunto de municípios localizados na serra gaúcha e na porção litorânea que reúne o norte do Rio Grande do Sul e o extremo sul de Santa Catarina. O Centro foi um dos principais articuladores para o surgimento da Rede Ecovida de Agroecologia, da Articulação Nacional de Agroecologia – ANA e no Movimento Agroecológico da América Latina e Caribe – MAELA. O próprio formato de organização em pequenas associações comunitárias, constituiu-se em uma importante contribuição do CE na consolidação da agroecologia. Hoje, mais de 70 grupos de agricultores e agricultoras familiares, na serra e no litoral, recebem sistematicamente acompanhamento dos técnicos e técnicas do CE, que através de diversas metodologias participativas apoia esses empreendimentos. No litoral, especificamente e para fins de informação para o presente projeto, são, atualmente, 42 grupos e cerca de 420 famílias que trabalham diretamente com produção orgânica certificada, em processo de certificação e/ou em produção de extrativismo e sistemas agroflorestais. Recentemente, através de ações com a temática das plantas alimentícias não convencionais (PANCs), e do trabalho com o uso da palmeira juçara (*Euterpe edulis*) para geração de renda, há também uma aproximação com o público indígena, o que tem trazido importantes aportes para o trabalho da entidade.

Nesse escopo, o trabalho se concentra em promover a diversificação das áreas de produção, com elementos da flora local, de forma a fomentar a produção de alimentos livres de contaminantes químicos aliados a preservação dos recursos naturais e remanescentes da Mata Atlântica.

A certificação dos produtos orgânicos através de métodos participativos é outra importante conquista que teve no Centro Ecológico um de seus principais articuladores. A certificação participativa é o processo de geração de credibilidade que pressupõe a participação solidária de todos os segmentos envolvidos e interessados em assegurar a qualidade do produto final e do processo de produção. Os sistemas participativos de garantia (SPGs), que também podem ser enquadrados como uma tecnologia social, encontram-se disseminados em todo o mundo, sendo que no Brasil estão amparados pela legislação federal que regulamenta os produtos orgânicos.

O CE possui larga experiência na governança e gestão de projetos socioambientais, sendo que ao longo de seus mais de 30 anos de existência, elaborou e implementou dezenas de projetos socioambientais. À título de ilustração destacam-se: *i.* Projetos Demonstrativos A –

PDA / Ministério do Meio Ambiente – MMA, com o objetivo de implantar e ampliar áreas de sistemas agroflorestais complexos que conciliassem produção de alimentos e conservação de fragmentos da Mata Atlântica; *ii.* Fundo Nacional do Meio Ambiente – FNMA/MMA, com o objetivo de ampliar e consolidar iniciativas de produção e comercialização de produtos agroflorestais; *iii.* Projeto Fundação Interamericana – IAF, Estados Unidos: organização de famílias em grupos e associações, ampliação do acesso ao mercado, geração de trabalho e renda; *iv.* *Development Marketplace* – Banco Mundial: desenvolvimento da cadeia produtiva do *açai de juçara (Euterpe edulis)* – produção, processamento e comercialização como alternativa à extração ilegal do palmito.¹; *v.* Sociedade Sueca de Conservação da Natureza – Suécia: assessoria direta a grupos e associações de agricultores, organização e apoio a empreendimentos de comercialização de produtos agroecológicos, educação ambiental junto a escolas da região do litoral norte do RS através da Teia de Educação Ambiental do Litoral Norte do RS.

A equipe é composta por dez pessoas que atuam nas regiões há mais de cinco anos, com membros da coordenação e da equipe do Centro com mais de vinte anos de trabalho no contexto do projeto. Nos outros núcleos, as organizações de referência fazem parte da Rede Ecovida de Agroecologia e possuem pelo menos 10 anos de atuação junto aos territórios envolvidos.

Em relação às redes, conselhos e interfaces sócio-estatais vinculadas à temática do projeto, o Centro Ecológico participa ativamente: na CNAPO – Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica através da Rede Ecovida de Agroecologia; Comitê Gestor da PLANAPO – Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica; da Comissão de Produção Orgânica do Rio Grande do Sul; da Câmara Técnica Estadual de Agroecologia no âmbito da Secretaria Estadual do Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo; e no Comitê Gestor da Bacia do Mampituba.

- **Organizações Parceiras** - Consorcio de Entidades de Assessoria em Agroecologia da Rede Ecovida de Agroecologia do RS.

Apresentação do Consorcio

O consórcio tem por objetivo principal promover o desenvolvimento com sustentabilidade e protagonismo social a partir da produção e oferta de alimentos saudáveis

¹ O projeto aprovado na competição lançada pelo Banco Mundial em 2008, no âmbito do programa *Development Marketplace*, denomina-se *Combining income and forest protection: açai production in Southern Brazil*. Apenas 22 projetos foram selecionados em um conjunto de 1.800 propostas de todo mundo. O projeto, que teve um investimento de US\$ 200 mil em dois anos viabilizou a expansão da cadeia produtiva do Açai de Juçara.

e biodiversos, estimular a aproximação entre rurais e urbanos e fomentar as parcerias e articulações em redes.

Para tanto, oferecem um conjunto de atividades de acompanhamento, orientação/capacitação, intercâmbios, eventos para debater ideias e organizar ações que visam ampliar e qualificar a agricultura ecológica e dar visibilidade ao que está sendo realizado.

As organizações da sociedade civil contribuem com o papel de estimular, fomentar, integrar, orientar e mediar e executar ações que venham a fortalecer a agricultura que tem como base os princípios da agroecológica.

O Consorcio é composto pelas entidades fundadoras:

- CAPA Erechim (Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia), criado em 1978;
 - CAPA Santa Cruz (Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia), criado em 1982;
 - CAPA Pelotas (Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia), criado em 1982;
 - Centro Ecológico (Ipê/Serra e Litoral) criado em 1985;
 - CETAP (Centro de Tecnologias Alternativas Populares) criado em 1986;
 - ANAMA (Ação Nascente Maquiné) criada em 1997;
 - AREDE (Associação Regional de Educação Desenvolvimento e Pesquisa) criada em 2001.
-
- **Responsáveis Técnicos Pelo projeto:** Carla Dornelles², Cristiano Motter³

2 Engenheira Florestal (UFSC – 2009), Msc Extensão Rural (UFSC – 2016), equipe técnica Centro Ecológico

3 Gestor Ambiental (UNIASELVI – 2011) , equipe técnica Centro Ecológico

1- Identificação do Objeto

Contribuir para o avanço da implantação e manejo dos sistemas agroflorestais e valorização e uso das frutas nativas da Mata Atlântica do Litoral Norte do RS, bem como gerar reconhecimento e visibilidade das práticas de extrativismo sustentável no âmbito da Rede Ecovida de Agroecologia do RS. Fortalecer as ações de conservação dos remanescentes florestais e promover geração de renda para agricultores e agricultoras familiares e povos tradicionais, a partir do trabalho com sistemas agroflorestais.

2- Justificativa

Para que o ambiente seja conservado, não bastam ações proibitivas - faz-se necessário buscar a parceria das populações que nele vivem. É importante, portanto, que o ambiente natural possibilite um retorno econômico, considerando o uso múltiplo dos recursos florestais, em regime de manejo sustentável (Gómez-Pompa *et al.*, 1991; Fantini, 1992; Reis *et al.*, 2003). Neste contexto, é de grande importância o resgate e o desenvolvimento de metodologias para o uso múltiplo de produtos florestais, que propiciem agregação de renda através da construção de cadeias produtivas solidárias, sustentáveis e legalizadas, de forma articulada à conservação ambiental.

Assim, a Rede Ecovida de Agroecologia e a Cadeia Solidária das Frutas Nativas do RS (que são redes de articulação de atores, entre eles o *Centro Ecológico*), buscam de forma conjunta implementar um outro formato de produção, processamento e distribuição de alimentos, dentro de uma lógica de estímulo à conservação da biodiversidade local, bem como uma dinâmica onde os trabalhadores sejam os protagonistas das diferentes fases deste “sistema”, se relacionando de forma integrada numa perspectiva de complementaridade entre uma fase e outra. Contudo, as frutas nativas do sul do Brasil do Bioma Mata Atlântica ainda são pouco conhecidas e valorizadas pelas famílias agricultoras, bem como pelas famílias urbanas, ocasionando uma subtilização das mesmas e tornando-as ausentes da dieta alimentar destas pessoas. Em um espaço/ território onde esses produtos poderiam, além de qualificar a dieta alimentar, gerar renda (aliada à preservação dos remanescentes florestais) para as famílias.

Este Projeto deverá ser executado com recursos oriundos da Reposição Florestal Obrigatória (RFO), decorrentes da medida legal para mitigação, compensação ou reparação pelo corte de árvores nativas. Tal medida está consubstanciada nos artigos 8º e 15º do Capítulo II e no Art. 51 da Lei Estadual nº 9.519/1992.

Neste sentido, o Projeto, elaborado e proposto pelo Centro Ecológico, mas respaldado pelas ações do **Consórcio de ONG's de Assessoria da Rede Ecológica de Agroecologia do RS**, juntamente com a **Cadeia Solidária das Frutas Nativas do RS - CSFN**, visa impulsionar as práticas de manejo agroflorestal em propriedades de famílias agricultoras do litoral norte do RS, além de fortalecer as ações de aproveitamento, processamento e comercialização das frutas nativas como estratégia de impulsionar os SAF's e a conservação do sociobiodiversidade nativa. Este projeto também busca enriquecer com espécies de frutíferas nativas ampliando a diversidade nos SAF's e em alguns casos ampliando as áreas.

Com isso, estimular a conservação da sociobiodiversidade e o protagonismo dos agricultores, através da regulamentação das áreas de manejo agroflorestal. Há um grande desafio de construir sistemas de manejo mais complexos que incluam espécies florestais nativas baseados nas fisionomias florestais às aptidões de cada local.

Com isso, buscam-se construir possibilidades concretas de resgate e manutenção da biodiversidade, restauração ecológica das propriedades rurais a partir da implementação de SAF's, reconhecimento e visibilidade das práticas de extrativismo sustentável, associadas à perspectiva de melhoria da qualidade alimentar através do aumento da diversidade de alimentos, além de ampliar as oportunidades de geração de emprego e renda para as comunidades rurais e urbanas.

O objetivo é promover os seguintes resultados:

- (a) um processo de valorização e uso de frutos e sementes das espécies vegetais nativas, historicamente negligenciadas e/ou subutilizadas – PNS, permitindo assim a conservação das mesmas, estejam estas em seus ambientes naturais ou cultivadas em Sistemas Agroflorestais;
- (b) a conservação dos fragmentos florestais nas propriedades e seus recursos genéticos;
- (c) enriquecimento ecológico e manejo de áreas em pousio (em estágio inicial de regeneração) para formação de SAF's como estratégia de conservação e produção;
- (d) a formação de SAF's biodiversos em áreas que de outra maneira seriam destinadas à pecuária e/ou monocultivos anuais ou perenes. Ao serem incorporados na paisagem, estes fragmentos protegidos, SAF's e Quintais Agroflorestais podem atuar como "*stepping stones*", ou ilhas de regeneração da diversidade e funcionalidade das espécies nativas, conectando assim remanescentes maiores do ecossistema original ainda existentes (Morrison, 2002, p. 166);
- (e) iniciativas para que agricultores familiares e camponeses possam reconstituir suas áreas de reserva legal e APP's, a fim de atender a legislação ambiental;
- (f) aumento da diversidade alimentar a partir do uso dos produtos da sociobiodiversidade promovendo desta forma um maior nível de soberania e segurança alimentar e nutricional tanto das famílias agricultoras bem como dos moradores urbanos;

(g) diversificação das alternativas de geração de emprego e renda;

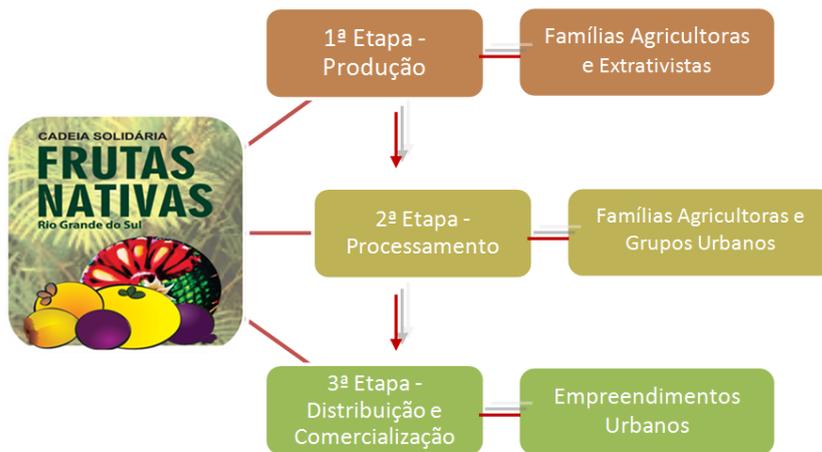
3 – O que é a Cadeia Solidária das Frutas Nativas do RS e como funciona

A Cadeia Produtiva Solidária das Frutas Nativas é uma dinâmica organizativa onde se articulam e participam diversos atores (organizações, redes, empresas e articulações do campo agroecológico e da economia solidária) que partilham de um conjunto de princípios e constroem em forma coletiva um conjunto de acordos operacionais.

3.1 Etapas da Cadeia

Várias etapas caracterizam uma Cadeia Produtiva, desde a produção, o processamento, distribuição, comercialização para chegar ao consumo, termômetro de viabilidade e sustentabilidade de todo o processo.

- A etapa da produção está assentada em dois tipos de manejo: sistemas agroflorestais e extrativismo, tanto em áreas de roça, como também de matas, poteiros e quintais. Nesta etapa as famílias além de coletarem as frutas, também realizam o processo de lavagem, desinfecção e congelamento das frutas para que as mesmas sejam entregues em condições para as unidades de processamento.
- A etapa do processamento é realizada principalmente por associações e cooperativas de agricultores que transformam a fruta em polpa, e por empreendimentos urbanos que transformam a polpa em produtos mais elaborados, como pães, bolos, sucos, sorvetes e geleias.
- A etapa da distribuição e comercialização, diz respeito as logísticas de armazenamento nos entrepostos regionais, transporte e comercialização em lojas, restaurantes, fruteiras, cooperativas de consumidores, participação em eventos e feiras....



3.2 Quem faz parte?

Fazem parte da Cadeia Produtiva Solidária das Frutas Nativas do Rio Grande do Sul, como atores estruturantes desta proposta:

1. grupos de produção (agricultores);
2. grupos de processamento (agricultores e empreendimentos urbanos);
3. empreendimentos de comercialização;
4. Entidades de assessoria e acompanhamento técnico (ONG's) e Universidades, no apoio a pesquisa, sistematização e extensão.

3.3 Perspectivas da CSFN

Considerando a caminhada histórica dos atores que integram a cadeia solidária das frutas nativas e os debates e reflexões realizados nos últimos dois encontros estaduais de avaliação e planejamento, as perspectivas de desenvolvimento e consolidação da Cadeia Produtiva Solidária das Frutas Nativas descansam sobre os seguintes desafios:

- A continuidade do trabalho de fomento, assessoria e pesquisa;
- A estruturação das unidades de pré-processamento (lavagem e congelamento das frutas), das unidades de processamento e dos centros de distribuição;
- A ampliação da participação de consumidores;
- Educação para o consumo;
- A dinamização e a consolidação da cadeia solidária nas diferentes regiões do estado;
- A promoção dos cultivos em SAF's e o fomento as práticas de extrativismo sustentável.

3.4 A Rede Ecovida de Agroecologia do RS

A Rede Ecovida de Agroecologia é originária do trabalho histórico de Organizações Não-Governamentais (ONGs) e de organizações de agricultores do Sul do Brasil. Estas organizações que há mais de 30 anos desenvolvem atividades de organização social, produção, agroindustrialização, comercialização e certificação de alimentos produzidos sob princípios ecológicos e de solidariedade, respeitando a cultura local e, sobretudo, enfatizando a valorização das pessoas e da vida. A Rede surgiu no contexto destes movimentos, na perspectiva de articular experiências concretas de agroecologia e de construir um processo diferente de certificação denominada “participativa em rede”. A criação oficial da Rede Ecovida de Agroecologia aconteceu em 10 de novembro de 1998, mas sua constituição é anterior a esta data e resulta de processos históricos realizados por organizações preocupadas em construir alternativas ao modelo de agricultura convencional em curso, baseada no padrão tecnológico imposto pela revolução verde.

Segundo os documentos da Rede Ecovida: *“Ela se propõe a ser um espaço de articulação entre agricultores ecologistas e suas organizações de assessoria e simpatizantes com a produção, processamento, comercialização e consumo de produtos ecológicos. Trabalha com princípios e objetivos definidos e tem como metas fortalecer a agroecologia em seus mais amplos aspectos, gerar e disponibilizar informações entre os participantes e criar mecanismos legítimos de credibilidade e garantia dos processos desenvolvidos por seus membros. Dentre seus princípios está o fortalecimento de mercados justos e solidários e a inclusão social. O respeito as culturas locais, manutenção e ampliação da biodiversidade, multiplicação de iniciativas agroecológicas e acesso amplo aos produtos de qualidade a preços justos aos produtores e consumidores”*.

No estado do RS, a Rede Ecovida de Agroecologia está organizada em 9 núcleos presentes em 10 regiões do estado, num total aproximado de 300 municípios, e envolve em torno de 1.895 famílias de agricultores ecologistas, estas por sua vez organizadas em 130 organizações de base, incluindo cooperativas, associações e grupos de produção, cooperativas e grupos de consumidores. No Litoral, existe um núcleo, o Litoral Solidário, que articula 42 grupos e cerca de 420 famílias de agricultores e agricultoras, certificados como produtores orgânicos ou em processo de transição.

No que se refere a esta proposta, as discussões e práticas desenvolvidas por membros e atores da Rede Ecovida em torno dos sistemas agroflorestais e valorização dos produtos e práticas do extrativismo sustentável, estão presentes na Rede Ecovida há mais de 15 anos. Contudo foi nos últimos dois anos que a Rede Ecovida começou a discutir em dinamizar um processo juntamente com a cadeia solidária das frutas nativas que venha dar visibilidade a

este processo e em seu último encontro ampliado em abril de 2017 em Erechim RS, definiu criar um selo de identidade visual dos produtos do extrativismo sustentável e dos produtos das agroflorestas. Esta definição demonstra, do ponto de vista da Ecovida, sua intencionalidade em fortalecer as estratégias de conservação ambiental associada a produção de alimentos. Para tanto neste momento é fundamental realizar ações para que estas perspectivas discutidas possam gradativamente serem consolidadas.

4 - Objetivo geral

Contribuir para o avanço da implantação e manejo dos sistemas agroflorestais e valorização e uso das frutas nativas da Mata Atlântica do Litoral Norte do RS, bem como gerar reconhecimento e visibilidade das práticas de extrativismo sustentável no âmbito da Rede Ecovida de Agroecologia do RS. Fortalecer as ações de conservação dos remanescentes florestais e promover geração de renda para agricultores e agricultoras familiares e povos tradicionais da região, a partir do trabalho com sistemas agroflorestais.

5- Objetivos específicos, metas e atividades

Objetivos específicos	Metas	Atividades	Resultados
<i>Incentivar a implantação e manejo de sistemas agroflorestais</i>	Ter ao final do Projeto 20 hectares de SAF's certificados pela SEMA na região Litoral Norte do RS.	Assessoria e acompanhamento técnico às famílias agricultoras	Com as atividades de acompanhamento aos grupos esperamos fortalecer o processo de animação às famílias agricultoras a implantarem e manejarem suas áreas de saf's, através de orientações técnicas, bem como apoiar no que se refere às técnicas de coleta e processamento de frutas nativas e outros produtos oriundos dos saf's e do extrativismo sustentável. O acompanhamento técnico as famílias, também é de fundamental importância a fim de dar suporte no que se refere aos trâmites para obtenção do certificado agroflorestal ou de manejo de

			extrativismo sustentável junto a SEMA.
	Desenvolver propostas de modelos de arranjos agroflorestais incluindo sistemas agroflorestais voltados a criação e manejo de abelhas nativas para o litoral norte gaúcho.	Sistematização de modelos de SAF's quanto ao seu desenho, composição de espécies, práticas de manejo, produtos colhidos, renda por hectare.	Buscamos com esta atividade ter um registro de arranjos agroflorestais a fim de tornar mais conhecida as práticas que vem sendo implementadas, bem como este material poder servir para estimular e apoiar famílias agricultoras, comunidades tradicionais e instituições que estão trabalhando com saf's e que venham a trabalhar.
	Manejo dos SAF's e qualificação do processamento das frutas nativas	Compra de equipamentos para o manejo dos SAF's	Nesta etapa, buscaremos qualificar os trabalhos realizados com sistemas agroflorestais e seus produtos, com base nas demandas apresentadas pelas famílias envolvidas no projeto.
<i>Promover a valorização e uso das frutas nativas e outros produtos do Extrativismo sustentável.</i>	Motivar novas famílias e grupos a fazerem o aproveitamento das frutas nativas	03 oficinas de capacitação em processamento e comercialização de produtos das frutas nativas.	Buscamos com as capacitações qualificar melhorar as técnicas de processamento dos produtos das espécies nativas bem como testar técnicas e equipamentos para o

			<p>desenvolvimento de novos produtos. Além disto as oficinas serão momentos que irão contribuir no que se refere a melhoria da qualidade dos produtos proporcionando desta forma uma certa uniformidade dos produtos entre as diferentes unidades de processamento distribuídas em diferentes regiões do estado do RS.</p> <p>Estas atividades estarão voltadas especialmente para as famílias agricultoras envolvidas com produtos das agroflorestas e do extrativismo sustentável, comunidades indígenas da região, com as quais já estão sendo desenvolvidas ações com plantas alimentícias não convencionais, bem como para empreendimentos urbanos de processamento de alimentos pertencentes a cadeia solidária das</p>
--	--	--	---

			frutas nativas e da rede ecovida de agroecologia.
		Elaboração e confecção de rótulos para os produtos das espécies nativas do litoral norte do RS (Butiá e Açaí Juçara).	Os produtos das espécies nativas trabalhados pelas diversas unidades de processamento carecem atualmente de serem melhor identificados bem como ter uma melhor apresentação a fim de poderem estar presentes em diversos espaços de comercialização. Portanto, buscamos através deste projeto proporcionar as famílias agricultoras envolvidas neste processo que melhorem a apresentação de seus produtos bem como garantir a própria rastreabilidade dos produtos entre os diversos atores a cadeia da solidária das frutas nativas.

<i>Divulgar os trabalhos com SAF's e a Cadeia Solidária das Frutas Nativas do RS</i>	Ampliar a visibilidade junto a diversos setores da sociedade gaúcha sobre o potencial dos SAF's e das frutas nativas como estratégia de conservação ambiental.	Organização de 1 seminário regional com coquetel de demonstração de produtos.	Com o seminário, pretendemos aprofundar o debate sobre estes temas junto ao público diretamente envolvido, bem como ampliar o diálogo sobre estas temáticas junto ao outros setores da sociedade que tem afinidade com tema. Portanto, estes eventos tem por objetivo socializar informações e construir propostas de ações futuras que indiquem para a continuidade deste processo após a realização deste projeto, bem como tornar esta temática mais conhecida e debatida na sociedade gaúcha.
--	--	---	---

6- Beneficiários do projeto

O projeto tem como beneficiários os agricultores familiares, produtores rurais, empreendimentos e cooperativas de economia solidária que estão envolvidas com processamento e/ou comercialização, organizações de consumidores, pontos de venda que estão e/ou poderão se envolver com as frutas nativas.

Cerca de 300 famílias.

7- Disponibilidade de infraestrutura e de apoio técnico para o desenvolvimento do projeto

Serão necessários aquisição de equipamentos para facilitar os manejos dos sistemas agroflorestais, manutenção de veículos para apoiar a logística da equipe de trabalho a campo, custeio de horas técnicas para animar e acompanhar os processos de manejo dos SAF's, acompanhar e desenvolver as atividades de formação e com capacidade de fazer o diálogo com atores externos (articulação).

8- Cronograma de execução

O projeto terá uma duração de três meses. As atividades a serem desenvolvidas e os períodos de execução estão especificados abaixo.

Atividades	Mês		
	1	2	3
Assessoria e acompanhamento técnico às famílias agricultoras.	x	x	x
Sistematização de modelos de SAF`s	x	x	x
Compra de equipamentos para o manejo dos SAF's	x	x	
03 oficinas de capacitação		x	x
Elaboração e confecção de rótulos	x	x	x
Seminário regional			x

9 - Orçamento

Meta	Atividade	Item de despesas	Valor (R\$)	Valor Total (R\$)
Ter ao final do Projeto 20 hectares de SAF's certificados pela SEMA em diferentes municípios do Litoral Norte do RS ⁴ .	Assessoria e acompanhamento técnico às famílias agricultoras beneficiárias do projeto	Horas técnicas (incluso encargos e taxa administrativa)	36.000,00	44.940,00
		Combustível e manutenção de veículos	7.940,00	
		Alimentação	1.000,00	
Desenvolver propostas de modelos de arranjos agroflorestais incluindo sistemas agroflorestais voltados a criação e manejo de abelhas nativas para o litoral norte gaúcho.	Sistematização de modelos de SAF's	Diagramação de e-book	3.000,00	4.200,00
		Horas técnica especializada	1.200,00	
Manejo dos SAF's e qualificação do processamento das frutas nativas	Compra de equipamentos para manejo de SAF's, e para cadastro das áreas (equipamento de informática).	Equipamentos	34.510,00	34.510,00

⁴ Municípios abrangidos: Torres, Morrinhos do Sul, Três Cachoeiras, Três Forquilhas, Maquiné, Osório, Mampituba.

Motivar novas famílias e grupos a fazerem o aproveitamento das frutas nativas	03 oficinas de capacitação em processamento e comercialização de produtos das frutas nativas.	Horas técnicas	1.800,00	2.550,00
		Combustíveis	750,00	
	Elaboração e confecção de rótulos para os produtos das espécies nativas do litoral norte do RS (Butiá e Açaí Juçara).	Elaboração de Layout (serviço técnico especializado)	2.500,00	4.500,00
		Impressão de rótulos	2.000,00	

Ampliar a visibilidade junto a diversos setores da sociedade gaúcha sobre o potencial dos SAF's e das frutas nativas como estratégia de conservação ambiental.	Organização de 1 seminário regional	Alimentação (produtos da sociobiodiversidade, para coquetel de divulgação)	1.500,00	2.300,00
		Hora técnica	800,00	
Taxa administrativa (secretaria, telefone, correio,..)			9.000,00	9.000,00
TOTAL (R\$)				102.000,00

10- Detalhamento do orçamento

Itens	Especificação	Valor em R\$	Obs.
Horas Técnicas de equipe permanente	2 pessoas x 200 HT/mês = 400 horas x R\$ 30,00/hora = 12.000,00 x 3 meses = R\$ 36.000,00 (incluindo encargos)	36.000,00	Estamos prevendo a atuação/ contratação de 2 pessoas para dar conta das atividades do projeto (incluindo assessoria para certificação e manutenção dos SAF's e compra de equipamentos; organização das demais atividades do projeto)
Combustíveis para assessoria, reuniões, mutirões, oficinas, sistematizações...	Pelas atividades e distâncias, prevê-se a média de 200 litros de gasolina/mês x 4,90/litro = R\$ 980,00 x período (03) = R\$2.940,00 e manutenção de veículos (R\$2.500,00); pneus (R\$2.500,00) = total R\$ Combustível para atividade de oficinas R\$ 750,00	8.690,00	No período serão necessários 2 veículos para realizar as atividades previstas
Alimentação	Técnicos/ monitores 50 almoços x R\$ 20,00 = 1.000,00	2.500,00	
	Produtos/ alimentos para coquetel = 1.500,00		
Serviços diagramação banners, manual, rótulos...	Estão previstos R\$ 3.000,00 para serviços diagramação de e-book e R\$ 2.500,00 para elaboração de rótulos	5.500,00	
Hora técnica especializada	Contratação de técnicos especializados, para atividades específicas:	3.800,00	

	<ul style="list-style-type: none"> - sistematização de modelos de SAFs R\$1.200,00 - oficinas de capacitação em processamento de frutas nativas R\$600,00 (x3) = R\$1.800,00 - organização, divulgação e promoção de seminário R\$800,00 		
Impressão materiais: rótulos	Previsão de R\$ 2.000,00 para os produtos das espécies nativas.	2.000,00	
Equipamentos, materiais e insumos para manejo dos SAF e aproveitamento e valorização das espécies nativas.	<p>Estão previstos os mais diversos equipamentos (trituradores de galhos, moto podas, roçadeiras, despulpadoras, trituradora de coquinho de butiá, extrator de óleos essenciais, colhedores de frutas, escada de alumínio, estufa de secagem de polpa, balança de precisão, caixas plásticas.); contudo, os equipamentos serão definidos e adequados conforme realidade e necessidades de cada caso, avaliadas pelos assessores junto as famílias e grupos de agricultores.</p> <p>Equipamentos de informática: para dar conta das atividades de cadastro das áreas, será necessário efetuar a compra de um notebook e manutenção de impressora, para uso dos técnicos que estarão realizando o cadastramento das áreas.</p>	34.510,00	
Serviços de coordenação e taxa administrativa do projeto	A taxa administrativa (9%) contempla os custos com secretaria, com administração/contabilidade, luz, água, aluguel e despesas bancárias. Os serviços de coordenação/ administração do projeto correspondem ao tempo dedicado por parte da instituição em coordenar e monitorar as ações do projeto junto aos atores da cadeia solidária das frutas nativas e instituições parceiras.	9.000,00	
TOTAL		102.000,00	

11 – Resultados esperados

Espera-se ter, ao final do projeto, 20 hectares de áreas certificadas como sistemas agroflorestais, em processo de produção ou em planejamento para tal, com ênfase em frutas nativas, especialmente Açaí Juçara (*Euterpe edulis*). A região abrange cerca de 400 famílias em processos de produção agroecológica, que estarão se beneficiando direta e indiretamente, bem como um mercado consumidor que ultrapassa a marca de 5 mil pessoas. O projeto beneficia diretamente todos esses atores, através da divulgação do uso dos produtos e oficinas de capacitação, bem como atuando nos processos de formalização dos produtos e contribuindo para a inserção destes no mercado local e de todo o estado.

Atualmente, a região conta com 4 unidades de processamento de frutas nativas:

- Agroindústria Morro Azul, Três Cachoeiras – formalizada;
- Agroindústria AMADECOM, Três Forquilhas – formalizada;
- Cooperativa de trabalho COOPERNATIVA, Três Cachoeiras – em processo de formalização;
- Agroindústria Agupés, Osório – em processo de formalização para processamento de frutas nativas (produto: açaí juçara).

O primeiro resultado direto é a possibilidade de abastecer estas unidades com matéria-prima oriunda de espaços de produção sustentáveis, ou seja, agroflorestas. Estas, com planos de manejo adequados, de forma a garantir a conservação dos remanescentes florestais e a preservação das espécies nativas, pelo entendimento de dois fatores importantes: 1) que a possibilidade de uso planejado, diminui a pressão sobre as áreas remanescentes; 2) que o uso sustentável contribui para a manutenção da diversidade de espécies e variabilidade genética das mesmas.

Dessa forma, a certificação de 20 hectares de agroflorestas, significa não apenas a regularização das áreas, mas a possibilidade de planejamento do manejo, maior engajamento dos agricultores e agricultoras, nas ações de conservação da sociobiodiversidade e o reconhecimento e resgate do papel dos povos tradicionais para essas ações. Além disso, geração de renda com produtos antes considerados não-rentáveis, e a oferta, para o público consumidor, de maior diversidade de alimentos, baseados em espécies nativas e, portanto, adaptadas ao meio, sofrendo menor incidência de doenças e ataques de “pragas”, por estarem mais adaptadas ao ambiente.

A estimativa de produção dessas áreas é de, pelo menos, mais 20 toneladas de frutas de açaí juçara e 300 quilos de butiá (*Butia catarinensis*), além de outros, menos expressivos, além da reserva para fauna. Com o atual preço de venda dessas frutas, tem-se um incremento de venda na casa de R\$40.600,00 (quarenta mil e seiscentos reais) para as famílias, por ano. Embora não pareça um valor muito expressivo, por se tratar de

incremento de renda, ele ganha em significado, aliado, ainda, aos fatores de conservação e preservação já mencionados.

A possibilidade de maior oferta dos produtos das agroflorestas para o público consumidor, através das ações de formalização dos produtos e eventos de divulgação, promove o engajamento desse segmento da população, nas ações para conservação e preservação dos recursos naturais, pois estabelece um ciclo de intercooperação, onde os produtores geram renda com os produtos. A geração de renda, por sua vez, promove maior preocupação com o manutenção das áreas e consequente aumento destas, o que auxilia na conservação e preservação das espécies e dos espaços biodiversos.

Por fim, a possibilidade de manejo agroflorestal, ainda que sem fins lucrativos, tem se mostrado uma importante ferramenta para a recomposição de áreas, uma vez que permite aos agricultores, agricultoras e povos tradicionais, um maior nível de interação com os ambientes, de forma positiva, o que permite a desmistificação da ideia de que a biodiversidade pode vir a se tornar um empecilho nos espaços de produção. Ainda, possibilita que as áreas se inter-relacionem dentro das unidades de produção, gerando maior aproveitamento da possibilidade de cultivo em estratos, conservação de espécies e, consequentemente, contribuindo para a recomposição de áreas e aumento da sociobiodiversidade.